Deputado Guerra defende aumento de recursos para o esporte

Alep

O deputado Luiz Fernando Guerra (União) apresentou uma emenda ao projeto de lei 79/2022, do Poder Executivo, que busca garantir maior suporte ao programa PROESPORTE que fomenta projetos socioeducativos e de prática esportiva no Estado do Paraná. De acordo com o parlamentar a iniciativa pretende ampliar o montante de recursos financeiros disponibilizados através do Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte.

Pela proposta que tramita na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, o valor global anual passaria dos atuais 0,2% da arrecadação do ICMS para até 0,5% relativa ao exercício anterior.

Esta iniciativa visa estimular a formação esportiva no Estado, garantindo suporte e estrutura para o atendimento dos atletas, a maioria oriunda de áreas de vulnerabilidade social. Os projetos são propostas inscritas em conformidade com editais de chamamento, e devem ter como objeto principal o esporte e a sua destinação pública, podendo ser contempladas pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas ou domiciliadas no Paraná há no mínimo dois anos.

O deputado Luiz Fernando Guerra afirmou que entende que os Poderes Executivo e Legislativo precisam olhar com atenção para o esporte e tratá-lo como ferramenta de impacto e transformação sócio educacional, por isso é importante ampliar o apoio a iniciativas que fomentam o desenvolvimento humano visando não somente o alto rendimento. Além de trazer valores educacionais e éticos, o esporte ensina a respeitar o próximo, a ganhar e a perder, ou seja, não só estimula as boas práticas que podem resultar em atletas de elite que seguirão na vida profissional, mas mais importante que isso, forma cidadãos.

O deputado considera apropriado e cabível a ampliação do volume de recursos destinados para incentivo ao esporte no âmbito das políticas públicas paranaenses, pois, acreditar no esporte também é o nosso forte, afirmou na mensagem justificativa da emenda que reproduz a autorização nos limites do Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, através do qual autoriza aos Estados a concederem crédito outorgado do ICMS, em limite maior que o paranaense.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de motorista
Almoxarife
Auxiliar de fabricação nas indústrias de artefatos de cimento
Auxiliar de limpeza
Auxiliar de manutenção e recarga de extintor de incêndio
Motofretista
Motorista de caminhão (CNH D)
Servente de obras
Técnico de manutenção industrial
Vendedor (loja de calçados e confeccções)

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Legislativo pede explicações sobre diferença de valor em relação a associação no Conims

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

ASSESSORIA/CMPB



O requerimento é de autoria do vereador Dirceu Boaretto (Podemos), membro da Comissão de Orçamento e Finanças

O vereador Dirceu Boaretto (Podemos), membro da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) da Câmara Municipal de Pato Branco, apresentou na sessão ordinária dessa quarta-feira (18), o Requerimento nº 424, de 2022, solicitando ao Executivo Municipal explicações quanto a diferença de valor em relação ao custo mensal de associação no Consórcio Intermunicipal de Saúde (Conims).

O parlamentar relata no documento que "na Mensagem 12/2022 (Projeto de Lei 19/2022) o Termo de Impacto Financeiro aduzia que o custo total mensal seria de aproximadamente R$ 250.000,00, entretanto o Projeto de Lei 61/2022 traz abertura de crédito especial no valor de R$ 6.850.000,00 por anulação de recursos, crédito destinado à Secretaria Municipal de Saúde, para repasse ao Conims para execução das despesas orçamentárias próprias do Consórcio".

No requerimento, que também é assinado pelos vereadores Eduardo Albani Dala Costa (MDB) e Romulo Faggion (União), os parlamentares explicam que a documentação requerida "é de suma importância para que os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) possam analisar a matéria e exarar o respectivo parecer". Desse modo, a disparidade em relação ao valor precisa ser esclarecido.

Sessão

Também, durante a sessão dessa quarta-feira (18), o Legislativo aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 24, de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza abertura de crédito especial, no valor de R$ 1.352.142,00, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Conforme o projeto, o valor será utilizado na implantação e manutenção do Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi, "para atendimento voltado a crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, bem como para oferta de serviços como consulta psiquiatra, atendimento psicológico, fonoaudiologia, atendimento com enfermeiros, oficinas terapêuticas, entre outros".

No espaço do Grande Expediente, a vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) falou sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal 9.970/00, lembrado anualmente em 18 de maio, em alusão ao crime ocorrido no Espírito Santo, em 1973, que vitimou a menina Araceli Cabrera Crespo, que marca uma conquista na luta pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no território brasileiro.

Na oportunidade, a parlamentar apresentou dados de um levantamento publicado pela Unicef, em 2021, que traça um panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. "A violência contra crianças e adolescentes é um problema grave, que precisa ser cada vez mais discutido por nossa sociedade. São vítimas dentro de suas próprias casas enquanto são pequenas e sofrem com a violência nas ruas quando chegam à pré-adolescência. O Poder Público precisa encarar a questão com seriedade e evitar que mais vidas sejam perdidas a cada ano, e ainda, precisamos contar com políticas públicas mais severas para punir esses criminosos", concluiu a vereadora.

MP que permite renegociar dívidas do Fies chega ao Senado

Agência Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (17) a MP 1.090/2021, que permite a renegociação de dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de contratos formulados até o 2º semestre de 2017. Cabe agora ao Senado analisar a MP.

Segundo o governo, o estoque de contratos dessa época é de 2,4 milhões, com saldo devedor de R$ 106,9 bilhões perante os agentes financeiros exclusivos na época (Caixa e Banco do Brasil). A taxa de inadimplência desses contratos em atraso de mais de 90 dias é de 48,8%, somando R$ 7,3 bilhões em prestações não pagas.

O texto aprovado na Câmara também muda regras da transação de qualquer tipo de débito; permite ao Ministério da Educação fazer visitas virtuais para avaliar cursos superiores; e cria um parcelamento de dívidas para entidades beneficentes da área da saúde, como santas casas e hospitais filantrópicos. Outra novidade é a permissão para que alunos com cobrança judicial de dívidas participem da renegociação.

O refinanciamento de empresas incluído na MP tem o objetivo de incentivar a recuperação econômica, segundo o relator na Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). "Conseguimos 65% de desconto e a divisão em até 120 parcelas. Na nossa avaliação, ficou uma negociação extremamente atrativa para aqueles que procurarem tanto a Receita quanto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para fazerem a transação de seus débitos", afirmou o deputado.

Motta falou também sobre a renegociação de dívidas das santas casas. "Com isso, podemos promover o fortalecimento do SUS e dar a essas instituições a oportunidade de refinanciarem seus débitos, terem suas certidões e manterem os serviços que são tão importantes para a população".

Vereadora solicita ao Meio Ambiente informações sobre animais apreendidos que estavam sob a sua tutela

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

A vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (PP) apresentou na sessão ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco de quarta-feira (18), requerimento onde solicita à Secretaria Municipal de Meio Ambiente informações sobre os animais que estavam sob a sua tutela e foram apreendidos.

No Requerimento nº 426, de 2022, apresentado na última sessão legislativa, a parlamentar pede requer que "a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, representada pelo secretário Ramon Cardoso Noguchi, responda suas solicitações em relação a retirada dos animais que estavam sob a tutela da vereadora. Assim, enviando as seguintes informações: número de animais recolhidos no dia 13/05/2022, localizado na Estrada Linha Martinelo; para onde foram encaminhados esses animais, indicando aonde os mesmos estão localizados; informar a situação de cada animal com fotos".

Segundo o documento, o pedido se justifica "considerando que no dia 13/05/2022 foram retirados os animais que estavam em responsabilidade da vereadora. No local foi solicitado para a Clínica Veterinária para onde estava sendo encaminhado os mesmos, mais não foi obtido nenhuma informação. Todavia precisamos destas respostas para deixar a população a par do procedimento que foi feito pela Secretaria do Meio Ambiente".

Entenda o caso

A Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), por meio do Instituto Água e Terra (IAT), verificou na semana passada denúncias de maus-tratos a animais domésticos em Pato Branco. Ao todo, 169 animais foram encontrados em duas ações de fiscalização, ambas em residências localizadas na zona rural da cidade. O Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde (BPAmb-FV), a Polícia Civil e a prefeitura participaram da fiscalização.

Na primeira abordagem, na quinta-feira (12), que contou com a atuação conjunta dos dois órgãos estaduais, segundo o IAT, foram encontrados 25 animais em situação de vulnerabilidade, presos em espaços pequenos e extremamente sujos, com a presença de fezes, urina e alguns roedores mortos, além de potes com água suja e sem alimentação disponível.

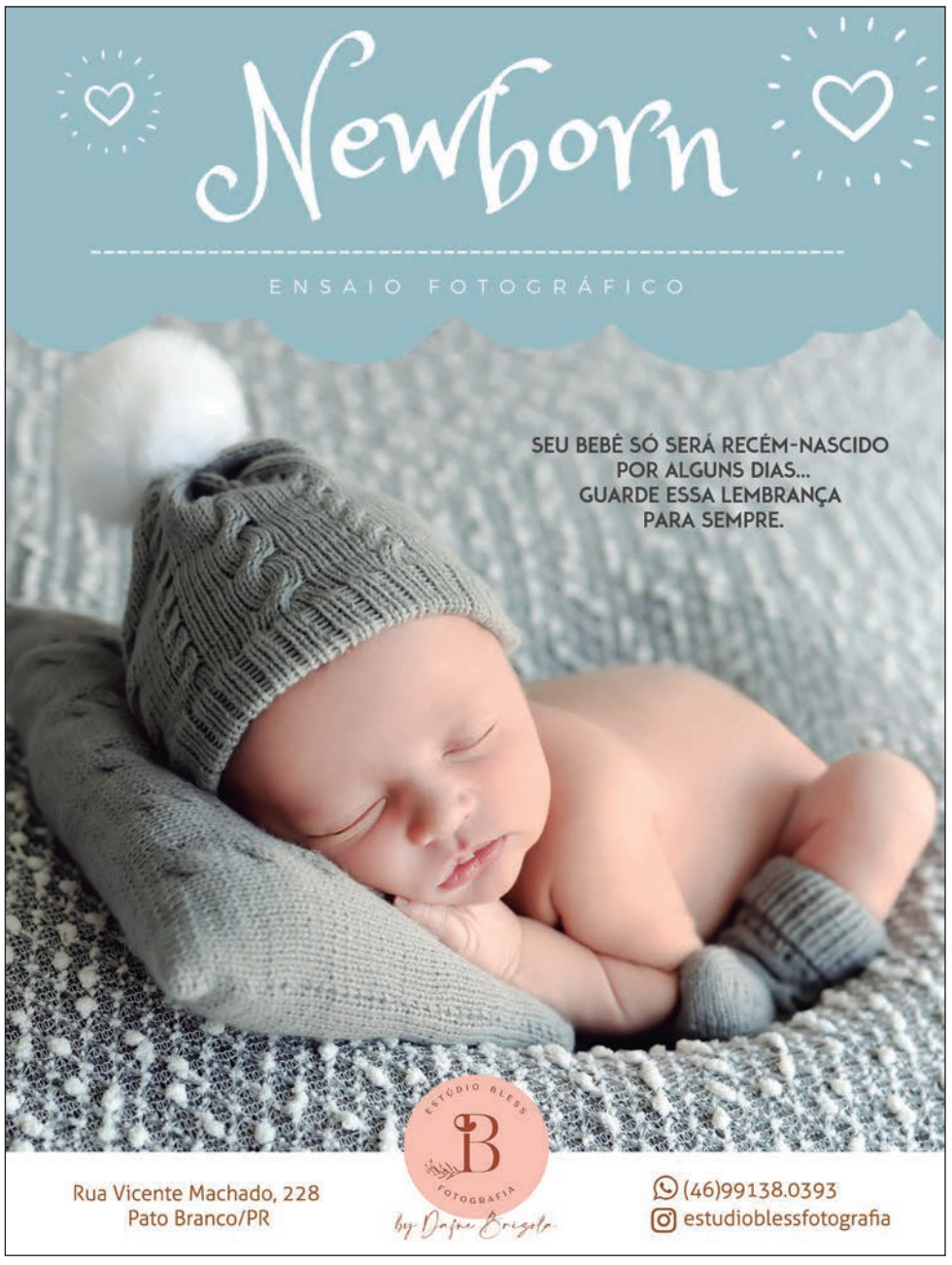
Alguns animais, de acordo com o IAT, aparentemente estavam desnutridos e feridos. Os animais apreendidos na operação estavam sob a tutela da vereadora Thania, que atua na causa animal há muitos anos, resgatando e acolhendo os animais de rua.

Segundo a coordenadora de Recursos Naturais e Educação Ambiental da Sedest, Fernanda Góss Braga, as denúncias chegaram à Secretaria por meio do Conselho Regional de Medicina Veterinária. De acordo com o IAT, os quatro cães feridos, em estado mais crítico, foram encaminhados para tratamento veterinário e os demais animais ficaram sob a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente de Pato Branco. "Já a segunda abordagem foi realizada pelos profissionais do Escritório Regional do IAT em Pato Branco, com apoio da Polícia Civil e da prefeitura. Foram identificados 144 animais na propriedade. Alguns estavam sendo criados com o objetivo final de comercialização e eram mantidos em gaiolas", ressaltou.

ASSESSORIA/CMPB



O requerimento da vereadora Thania foi apresentado em plenário na sessão de quarta-feira (18)



PELO PARANÁ

ADIPR
Associação dos Jornais e Portais do Paraná

Aquece Paraná

Na terceira edição, a campanha Aquece Paraná arrecada doações para combater o frio do inverno. A doação de cobertores é o foco da campanha, mas serão aceitas roupas de inverno novas ou em bom estado de uso. Os itens podem ser levados até os quartéis do Corpo de Bombeiros e escritórios regionais da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho. Também é possível doar por meio do aplicativo Paraná Solidário, que conecta o doador com as instituições.

Aquece II

No ano passado mais de 50 mil peças foram arrecadadas e distribuídas à população vulnerável. Neste ano, espera-se que a população continue se solidarizando e contribuindo para ajudar que as pessoas que mais sofrem com o frio possam ser atendidas e aquecidas no inverno. A campanha vai até o dia 28 de junho. Mais informações no www.aqueceparana.pr.gov.br. A campanha é Superintendência Geral de Ação Solidária com apoio da Secretaria de Comunicação Social e da Cultura e a Defesa Civil.

Formadores

A Secretaria Estadual da Educação já registrou 18,2 mil inscrições para 25 mil vagas nos grupos no programa Formadores em Ação. O programa consiste em grupos de estudos liderados por professores da própria rede estadual, que têm a proposta de abordar a prática em sala de aula aliada a metodologias ativas e tecnologias educacionais.

Projetos

A Fundação Araucária destinará mais de R$ 620 mil para projetos relacionados à sustentabilidade e qualidade de vida, por pesquisadores dos campi da UTFPR e da Unioeste na região.

Homenagem ao Campana

A Assembleia Legislativa aprovou requerimento do deputado Luiz Fernando Guerra (União Brasil) para homenagem póstuma ao jornalista e escritor Fábio Campana. A homenagem, no dia 13 de junho, marcará o aniversário do primeiro ano de seu falecimento e terá a participação da professora Denise de Camargo, da filha Izabel Campana, do filho Rubens Campana e do neto Antônio. Izabel é advogada e artista plástica em Quito, no Equador, mãe de António, de 5 anos. Rubens integra o corpo diplomático do Brasil em Israel.

Turismo árabe

"Voltamos ao Brasil com a certeza de que o mercado árabe renderá bons frutos para o turismo brasileiro. É um mercado que tem previsão de gastos de mais de US$ 200 bilhões com turismo em 2024 e esperamos consolidar cada vez mais nosso relacionamento com ele e seus representantes", afirma o presidente da Embratur, Silvio Nascimento ao regressar da ExpoDubai na última semana.

Suspensão

A Justiça suspendeu a lei que permitiu o aumento salarial do prefeito de Toledo, Beto Lunitti (MDB); do vice-prefeito Ademar Dorfschmidt (CDN) e dos secretários municipais. Com a aprovação e sanção da lei, o reajuste de 25% foi formalizado e o subsídio do prefeito foi de R$ 25,1 mil para R$ 31,3 mil; o do vice-prefeito foi para R$ 15,6 mil, e dos secretários passou a ser de R$ 13,3 mil.

Da Redação ADI-PR | Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. jornalismo@adipr.com.br

